

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR MPF/PRPE N.º 10/2025**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de aquisição de café torrado e moído e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

### **I – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1** – A aquisição do material atenderá as necessidades de abastecimento da copa na elaboração diária de café, com distribuição em reuniões, audiências, atividades de educação, conforme programação das atividades de atendimento do público externo e interno, objetivando fomentar a interação dos setores e melhorar a comunicação presencial, bem como bem receber os convidados da PRPE nos eventos de interesse institucional.
- 1.2** As Instituições públicas e privadas nacionais, adotam o fornecimento do café aos colaboradores como forma de contribuir com a qualidade de vida e o relacionamento interpessoal, proporcionando, neste breve momento de interação entre os servidores, melhoria significativa na percepção da cultura organizacional da Instituição.
- 1.3** - O consumo de café estimula a produtividade e a criatividade, já que, ajuda a liberação de dopamina, estimula o organismo e melhora a disposição para produzir mais, que afinal, é o que é almejado no ambiente de trabalho. Recomenda-se, portanto, por manter a oferta do café considerando o aspecto cultural brasileiro, a relação custo/benefício e a manutenção e fortalecimento de vínculos.
- 1.4** - A aquisição do material destina-se ao atendimento das necessidades básicas do quadro funcional da PRPE, assim como da população em geral que eventualmente tem acesso a unidades ministeriais. Com a presente aquisição pretende-se contribuir com o bem-estar físico dos servidores sendo um fator colaborativo para a satisfação destes no ambiente de trabalho, dotando-o de condições adequadas para viabilizar a consecução de seus serviços no cumprimento da missão institucional do MPF.

### **II – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

**2.1** - A presente contratação não está prevista no Plano de Contratações Anual e será incluída de forma excepcional, de acordo com o Art. 15º da PORTARIA PGR/MPU nº 38, de 16 de março de 2023. É importante destacar que a demanda não foi cadastrada no PCA, 2025, pois o desinteresse da empresa QUALITY COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI na renovação do Contrato PRPE Nº 02/2024 foi superveniente ao prazo de ajustes do planejamento e ocorreu em razão da não concessão integral do percentual do reajuste pleiteado, conforme e-mail constante nos Autos.

**2.2** - Cabe registrar ainda que a contratação atende aos seguintes Objetivos Estratégicos:

- OE 04: garantir processos eficientes com regras negociais disseminadas;
- OE 07: incentivar ambiente de trabalho seguro, saudável e sustentável.

### **III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **3.1- Requisitos Funcionais**

**3.1.1** - O bem de consumo a ser adquirido deverá atender aos requisitos mínimos de qualidade e outras condições específicas e de sustentabilidade, além de apresentar padrões condizentes com a legislação, conforme as especificações contidas no Termo de Referência.

**3.1.2** - Condições de Transporte: O material deve ser transportado em condições que garantam sua integridade, evitando avarias ou perdas de qualidade.

### 3.2 - Requisitos Legais

A presente contratação será regida pela Lei 14.133/2021.

A contratada deve atentar para os seguintes normativos:

- **Instrução Normativa nº 01/2010 - SLTI/MPOG:** dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- **Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022:** dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- **Instrução Normativa - IN Nº 160, de 1º de julho de 2022, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA):** estabelece os limites máximos tolerados (LMT) de contaminantes em alimentos;
- **Instrução Normativa - IN Nº 161, de 1º de julho de 2022, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA):** estabelece os padrões microbiológicos dos alimentos.
- **Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);**
- **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:** institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- **Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015:** regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
- **Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021:** regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo;
- **Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019:** regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;
- **Portaria PGR-MPF Nº 843, de 18 de outubro de 2024:** atualiza o Planejamento Estratégico do Ministério Público Federal para o período de 2024 a 2027;
- **Portaria PGR/MPU nº 85, de 27 de maio de 2022:** regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo nas categorias de qualidade comum e de luxo às contratações de bens de consumo, no âmbito Ministério Público da União;
- **Portaria PGR/MPU nº 100/2023:** regulamenta o procedimento administrativo para realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito do Ministério Público da União;
- **Resolução - RDC Nº 716, de 1º julho de 2022, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA):** dispõe sobre os requisitos sanitários do café, cevada, chás, erva-mate, especiarias, temperos e molhos.
- **Resolução - RDC nº 623, de 9 de março de 2022, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA):** dispõe sobre os limites de tolerância para matérias estranhas em alimentos, os princípios gerais para o seu estabelecimento e os métodos de análise para fins de avaliação de conformidade.

### 3.3 - Requisitos da natureza continuada do serviço/fornecimento

**3.1 -** A contratação de fornecimento, objeto do presente estudo, possui a finalidade de suprir a necessidade diária e permanente da PRPE, podendo assim ser caracterizada como fornecimento de entrega periódica, portanto de natureza continuada. Dessa forma, com base nos artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021, a Administração da PRPE poderá celebrar contrato com prazo de **vigência de 05 (cinco) anos**, prorrogável por até 10 anos.

### 3.4 - Requisitos Temporais

**3.4.1** - O prazo de entrega não poderá ser superior a **30 (trinta) dias**, contados a partir de notificação específica à empresa (REQUISIÇÃO), emitida pela CONTRATANTE.

**3.4.2** - A entrega do(s) produto(s) deverá ser realizada de **forma parcelada**, ao longo da vigência contratual, a partir da assinatura do contrato.

### 3.5 - Requisitos de Segurança

**3.5.1** - Comunicar à PRPE a previsão de entrega do produto, mediante informação dos dados da empresa e seu responsável, e comunicação do rastreamento da mercadoria, sempre que possível.

**3.5.2** - Em relação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a CONTRATADA e a CONTRATANTE devem zelar pela proteção dos Dados Pessoais, comprometendo-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural; observando o dever de sigilo, quanto às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio; cumprindo obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral.

### 3.6 - Requisitos Técnicos

Constarão nas especificações técnicas do Termo de Referência.

### 3.7 - Requisitos de Garantia Contratual

Não se aplica.

### 3.8 - Requisitos de qualificação técnica

Não se aplica.

### 3.9 - Requisitos de qualificação econômica

Considerando se tratar de uma contratação de baixa complexidade, além de o objeto do estudo ser de pronta entrega, não há necessidade de exigir documentos de qualificação econômica para fins de habilitação.

### 3.10 - Requisitos Sustentabilidade Ambiental, Econômica e Social (no que couber)

#### 3.10.1 - PERSPECTIVA AMBIENTAL

- A CONTRATADA deverá atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, a fim de adotar as seguintes práticas sustentáveis no fornecimento dos bens e serviços, **quando couber**:
- Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- Que os materiais devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- A empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei nº 6.938/81 e regulamentos, com os

respectivos registros e comprovação oficiais (exemplo: Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras, ANVISA, ou certificação energética), além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólidos.

- Serão solicitados critérios de sustentabilidade nas especificações dos itens e nas exigências a serem cobradas dos fornecedores de acordo com diplomas legais e os compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro.
- Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.
- As embalagens primárias ou secundárias dos produtos fornecidos devem ter reciclabilidade garantida no Brasil.
- No caso de uso de materiais que possuam plástico em sua composição, recomenda-se que seja dada preferência àqueles confeccionados em plástico biodegradável, reciclado e/ou reciclável, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e com as normas ABNT NBR nº 15.448-1 e 15.448-2, de 2008, levando-se em consideração a política de gestão de resíduos implementada no órgão.
- Os manuais e/ou instruções deverão possuir linguagem e textos em português.

### **3.10.2 - PERSPECTIVA ECONÔMICA**

Em razão dos valores máximos previstos para esta contratação, e do regramento contido no art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/2006, a respeito dos processos licitatórios destinados à participação de microempresas e empresas de pequeno porte para contratações de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ao ano, o ITEM será exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte.

### **3.10.3 - PERSPECTIVA SOCIAL**

**3.10.3.1** - Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis do MPF. O fornecedor deverá declarar:

- a) Não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a CF/1988 em seu artigo 3º, inciso IV e no inciso I do artigo 5º, e nos artigos 39 e 39 da Lei 12.288/2010;
- b) Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da CF/1988;
- c) Não praticar, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), e no Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as Convenções da OIT nºs 29 e 105.

**3.10.4** - Além das demais obrigações estabelecidas no Edital, seus anexos e no presente Termo, deverá a contratada atender aos seguintes aspectos pertinentes à sustentabilidade:

- a) Fornecer aos empregados todos os equipamentos de segurança e proteção que se fizerem necessários para a execução de serviços, fiscalizando sua utilização;
- b) Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;

- c) Proceder ao recolhimento de todos os resíduos descartados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, o Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, e a política de descarte da contratante;
- d) Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada e de energia elétrica, observadas as normas vigentes e a política socioambiental do MPF;
- e) Observar a Resolução Conama nº 401/2008, para a aquisição e descartes de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;
- f) Privilegiar a utilização de mão de obra, tecnologias, matéria prima e materiais de origem local.

### 3.11 - Outros requisitos aplicáveis

- A empresa deve ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do fornecimento.
- Manter preposto junto à CONTRATANTE, aceito pela respectiva Fiscalização, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente na execução do contrato, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante comunicação formal.
- Sugere-se inserir no Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e/ou na Minuta de Contrato, entre os itens da proposta, na fase de avaliação da aceitabilidade e do cumprimento das especificações:
  1. O(s) produto(s) deverá(ão) conter em sua(s) embalagem(ns) individual(is) a data de fabricação e a de validade de forma legível, conforme legislação em vigor, tabela com informação nutricional e registro nos Ministérios da Saúde e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
  2. Para as embalagens de café, o rótulo deverá conter, ainda, informações relativas à classificação do produto conforme o grupo a que pertença, relativas ao produto e ao seu responsável, identificação do lote e do prazo de validade, nome empresarial, registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), endereço do torrefador, embalador ou responsável pelo produto, conforme art. 17 da IN nº 16/2010 – Mapa; e
  3. As despesas relativas às análises físico-químicas, microbiológicas e bacteriológicas dos produtos correrão às custas da contratada.

## IV – ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

**4.1** - As quantidades sugeridas para a aquisição foram determinadas levando-se em conta o consumo dos últimos 6 (seis) meses (de setembro/2024 a fevereiro/2025), conforme Relatório "Consumo Mensal de Material por Unidade Requisitante", do ASIWEB, no **ANEXO I**. Considerando que se trata de bem cujo consumo é influenciado por vários fatores, os valores previstos para consumo são **ESTIMADOS**.

UNIDADE REQUISITANTE	TOTAL REQUISITADO NOS ÚLTIMOS 06 (SEIS) MESES  (a)	QTDE ESTIMADA <b>ANUAL</b> POR UNIDADE REQUISITANTE  (a)*2
PRPE	608	1216
PRM CARUARU	32	64
PRM GARANHUNS	120	240
PRM PETROLINA	30	60
PRM SERRA TALHADA	50	100

UNIDADE REQUISITANTE	TOTAL REQUISITADO NOS ÚLTIMOS 06 (SEIS) MESES  (a)	QTDE ESTIMADA ANUAL POR UNIDADE REQUISITANTE  (a)*2
TOTAL	840	1680

**V – LEVANTAMENTO DE MERCADO**

**5.1** - Foram pesquisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias que melhor atendam à necessidade descrita neste estudo.

**5.2** - Foram levadas em consideração as seguintes alternativas para contratação pretendida:

**5.2.1 – Almoxarifado virtual:** A PRPE manifestou sua Intenção de Registro de Preço no Pregão Eletrônico MPF/PRPE nº 07/2020, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação dos serviços continuados de outsourcing para operação de almoxarifado virtual, sob demanda, visando ao suprimento de material de consumo. Ocorre que a solução abarca apenas materiais de expediente e suprimentos de informática, não estando inclusos materiais classificados como permanentes ou personalizáveis. Assim, os materiais objetos deste Estudo Técnico (café torrado e moído) não pode ser adquirido por meio desta solução de contratação.

**5.2.2 - Adesão a Atas de Registro de Preços:** Utilização de atas de registro de preços já existentes, firmadas por outros órgãos públicos que realizaram processos licitatórios para aquisição de café torrado e moído, apresenta as seguintes **vantagens**:

- Economia de tempo e recursos: Em vez de passar por todo o processo licitatório, que pode ser demorado e custoso, as instituições podem simplesmente aderir a uma ARP já existente, economizando tempo na busca por fornecedores e na avaliação de propostas.

- **Redução da burocracia:** A burocracia envolvida em licitações públicas é muitas vezes complexa e onerosa. A adesão a uma ARP simplifica significativamente esse processo, permitindo que os órgãos governamentais atendam às suas necessidades de aquisição com menos papelada e trâmites burocráticos.

- Preços competitivos: As ARPs são resultadas de processos licitatórios anteriores, nos quais os fornecedores competiram para oferecer os melhores preços e condições. Isso significa que as instituições governamentais que aderem a uma ARP podem se beneficiar de preços mais competitivos, obtendo melhores negócios em comparação com a aquisição individual.

- Economia de recursos de gestão: A gestão de contratos individuais pode ser trabalhosa. Já a adesão de uma ARP visa simplificar a gestão, pois todos os contratos e negociações são centralizados em um único acordo.

- Transparência e controle: Embora a adesão de uma ARP elimine a necessidade de licitação para cada compra, ela ainda exige um processo transparente e controlado, garantindo que o dinheiro público seja gasto de forma responsável e em conformidade com as regras estabelecidas.

**Desvantagens:**

- Dificuldade de encontrar café torrado e moído de acordo com a necessidade da PR/PE e com as características exigidas pelo setor demandante;

- Submissão aos termos estabelecidos por outros órgãos;

- Dificuldade de encontrar ARPs que permitam carona.

- Obsolescência dos dados: Diante da existência de uma única licitação, cujos resultados serão utilizados para uma pluralidade de contratações futuras, há o risco de que os preços de mercado se reduzam ou que a qualidade dos produtos seja menor com o passar do tempo.



**5.2.3 – Fornecimento com entrega imediata e total dos quantitativos:** Neste formato O fornecedor entrega de uma só vez todo o quantitativo estimado dos produtos. Com a venda única de um quantitativo maior, os fornecedores garantem maior economia de escala, que pode ser repassada à administração via redução dos preços, durante a etapa de disputa;

- Otimização do trabalho dos servidores envolvidos na fiscalização e gerenciamento dos contratos.

**Desvantagens:**

- Falta de flexibilidade: A entrega única pode não se adequar às necessidades variáveis do órgão ao longo do tempo, resultando em excessos ou falta de materiais.
- Problemas de qualidade: Se todos os materiais forem entregues de uma só vez, pode ser mais complicado inspecionar a qualidade de cada item e sua validade.
- Dificuldades logísticas: a PRPE deverá lidar com questões de armazenamento e manuseio de grandes quantidades de café ao mesmo tempo.

Esta opção no momento não é pertinente para a PRPE, pelos problemas levantados, quais sejam: falta de previsibilidade da quantidade total a ser demandada, necessidade de área física para estocagem dos materiais e gerenciamento da validade dos produtos.

**5.2.4 - Incluir o insumo na contratação do serviço de copeiragem:** Nessa solução a empresa contratada é responsável por gênero alimentício, conforme especificações e padrões de consumo definidos em edital. Esta opção no momento não é pertinente para a PRPE, pois não há previsão no contrato de copeiragem então vigente.

**5.2.5 - Contrato para fornecimento, sob demanda, e de forma parcelada:** Nessa modalidade a administração adquire apenas o quantitativo necessário e de forma parcelada durante a vigência do contrato. Este formato de contratação já foi utilizado pela PRPE nos seus contratos passados, para fornecimento de gêneros alimentícios, tendo as seguintes vantagens:

- Aquisição dos produtos só quando necessário;
- Necessidade de estoque mínimo;
- Não comprometimento das características físico/químicas de alguns produtos em estocagem;
- Possibilidade de haver uma variação do quantitativo de compra nos pedidos, em relação a quantidade estimada, já que estamos apenas com uma previsão de consumo, diante da nova realidade de trabalho híbrido.

### 5.3 – Descrição e Justificativa da Solução escolhida:

**5.3.1** - Após o levantamento das soluções acima, e levando-se em consideração as vantagens e desvantagens de cada uma, a opção mais viável para atender às necessidades da unidade é a **(5.2.5), contratação de empresa para fornecimento de café torrado e moído para a Procuradoria da República em Pernambuco, de forma parcelada, conforme especificações que constarão no Termo de Referência.**

**5.3.2** - A contratação de uma empresa especializada para fornecer café torrado e moído de forma parcelada para a PRPE é a solução mais eficiente, pois permite a aquisição do produto apenas quando necessário, evitando desperdícios e garantindo uma gestão orçamentária responsável. Essa abordagem reduz a necessidade de manter estoques mínimos, minimizando custos de armazenamento e o risco de deterioração do produto, além de assegurar que o café mantenha suas características físico-químicas. A flexibilidade na variação do quantitativo de compra também permite ajustes conforme a demanda, garantindo que o órgão atenda suas necessidades de forma eficaz e com qualidade.

## VI – ESTIMATIVA DO PREÇO

**6.1** - Para formação do preço de referência foi escolhido o critério da **MÉDIA** obtido na pesquisa de preços, priorizada a pesquisa no painel de preços do governo federal e o banco de preço (site especializado em pesquisa de preço em licitações), conforme critérios de pesquisa de preços da Portaria PGR/ MPU nº 100, de 31 de maio de 2023.

**6.2** - Os preços de referência foram assim obtidos:

- a) Pesquisas em painel de preços do governo federal ou no banco de preço (site especializado em pesquisa de preço em licitações);
- b) Pesquisa direta com, no mínimo, 03 (três) fornecedores, sediados local ou regionalmente, no intuito de obter a realidade do mercado local.
- c) Pesquisas na internet em sites comerciais, considerando o valor do frete para entrega do produto.

**6.3** - Os cafés pesquisados estão de acordo com as especificações técnicas exigidas pelo setor demandante.

**6.4** - O valor estimado global para a presente contratação é de **R\$ 86.620,80 (oitenta e seis mil, seiscentos e vinte reais e oitenta centavos)**, conforme Relatório de Pesquisa de Preços e Mapa Comparativo de Preços em anexo.

## VII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

### 7.1- Descrição do objeto:

Contratação de empresa especializada para fornecimento de café torrado e moído para a Procuradoria da República em Pernambuco, para entrega imediata e única, conforme especificações contidas no quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE ESTIMADA ANUAL	CLASSE	PDM	CÓD. MAT.
1	<p><b>CAFÉ EM PÓ HOMOGÊNEO, TORRADO E MOÍDO;</b></p> <p>PERTENCENTE À <b>CATEGORIA SUPERIOR OU ACIMA</b>, SEGUNDO AS NORMAS TÉCNICAS PARA FIXAÇÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DO CAFÉ TORRADO E MOÍDO;</p> <p>COM GOSTO PREDOMINANTE DE CAFÉ ARÁBICA, ADMITINDO-SE ATÉ 15% DE ROBUSTA/CONILLON E ATÉ 10% DE GRÃOS PVA (PRETOS, VERDES E ARDIDOS), DESDE QUE LIVRE DE GOSTO ACENTUADO;</p> <p>BEBIDA MOLE A DURA, NÃO ADMITINDO-SE RIO E RIO ZONA; UMIDADE MÁXIMA DE 5% (G/100G);</p> <p><b>EMPAOTADO A VÁCUO.</b></p> <p>EMBALAGEM TIPO LONGA VIDA, <b>PACOTE DE 500 GRAMAS</b>, DEVENDO CONSTAR NA EMBALAGEM, DE FORMA LEGÍVEL, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE;</p> <p>PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 6 MESES A PARTIR DA ENTREGA.</p> <p><b>MARCA DE REFERÊNCIA:</b> 3 CORAÇÕES PREMIUM ESTRADA REAL, AVIAÇÃO ESPECIAL, SANTA CLARA PREMIUM, PILÃO CAFETERIA ESPRESSO, PACAEMBU SUPERIOR, CAFÉ DO PONTO TRADICIONAL, SUPERIOR OU SIMILAR</p>	UN	1680	8955	19766	463581

### 7.2 – Local de entrega do objeto:

ENDEREÇO
Procuradoria da República em Pernambuco Av. governador Agamenon Magalhães, n.º 1800 – Espinheiro – Recife/PE – CEP: 52021-170



Responsável: RICARDO SÉRGIO CARVALHO DE OLIVEIRA  
Telefone: (81) 2125-7336  
E-mail: [prpe-selog-l@mpf.mp.br](mailto:prpe-selog-l@mpf.mp.br)

## VIII – FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

**8.1** - Para a contratação em tela foram analisados processos similares feitos por outros órgãos e entidades, por meio de pesquisa no âmbito de pregões e contratações públicas através do site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e do Sistema de Gestão Administrativa no âmbito do Ministério Público Federal, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias e procedimentos que melhor atendam às necessidades da Administração. Em quase todos os processos pesquisados, a solução utilizada foi a contratação de empresa para fornecimento de café torrado e moído.

**8.2** - Diante dessa temática, a solução a ser adotada pela unidade ministerial é aderente às encontradas, qual seja, contratação de empresa para fornecimento de diversos bens de consumo (café torrado e moído) para a procuradoria da República em Pernambuco, de forma parcelada.

**8.3** - Durante a fase de pesquisa de preços junto à Administração Pública, observou-se que a modalidade de licitação utilizada é o Pregão Eletrônico, que tem como tipo o menor preço, por se tratar de objeto comum onde as especificações e padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos, conforme o que institui o artigo 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021:

*"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:*

*XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto; "*

**8.4** - Para análise da exclusividade ou não da licitação para microempresas e/ou empresas de pequeno porte, a administração deve fazer a leitura e análise conjugada dos artigos 46, 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/06, conforme segue:

- deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (LC 123/06, Art 48, I);
- Não se aplica o tratamento diferenciado a microempresas e empresas de pequeno porte quando:
  - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
  - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;
  - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 75 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48.

**8.5** - Assim, a solução passa pela contratação de empresa, através da modalidade **"Pregão Eletrônico exclusivo para ME/EPP"**, para o fornecimento parcelado de café torrado e moído para a PRPE.

**8.6** – O modo de disputa escolhido, para ser utilizado no Pregão Eletrônico, será o "aberto/fechado", devido à experiência de sucesso nas licitações realizadas pela PRPE.

## IX – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

**9.1** - O objeto da contratação é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de café torrado e moído, de forma parcelada, para a Procuradoria da República em Pernambuco.

**9.2 - Por oportuno, segue abaixo o que a legislação e os órgãos de controle dispõem sobre o tema.**

Art. 40, da Lei nº 14.133/2021, dispõe:

*"V - atendimento aos princípios:*

*[ ];*

*b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;*

*[ ];*

*§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:*

*I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;*

*II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e*

*III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.*

*§ 3º O parcelamento não será adotado quando:*

*I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;*

*II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;*

*III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo."*

Súmula nº 247 TCU, dispõe:

*"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."*

**9.3 -** A regra a ser observada pela Administração nas licitações é pelo atendimento ao princípio do parcelamento do objeto, conforme disposto acima, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente vantajosa e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega.

**9.4 -** O objeto deste Estudo NÃO permite sua divisão, por se tratar de um ÚNICO ITEM. Portanto, o objeto deverá ser prestado sem parcelamento, por uma única empresa, que se responsabilizará pelo fornecimento de café torrado e moído, de forma parcelada.

## **X – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

**10.1 -** A aquisição de café torrado e moído visa a contribuir para o bem-estar físico dos servidores e da população em geral que eventualmente frequenta as unidades ministeriais de primeira instância, situadas em Pernambuco, bem como fomentar o caráter colaborativo no ambiente de trabalho e, consequentemente, fortalecer a cultura institucional.

## **XI – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

A presente contratação não requer por parte da administração providências prévias ao contrato.

## **XII – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES**

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## **XIII – IMPACTOS AMBIENTAIS**

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, cujos fabricantes devem seguir as normas dos órgãos fiscalizadores, não se verificam impactos ambientais relevantes, sendo imprescindível que a licitante atenda às legislações e normas técnicas pertinentes, bem como à política de sustentabilidade ambiental já abordados no item 3.10.1 do presente Estudo Técnico Preliminar. Ainda, com o objetivo de mitigar maiores impactos, a administração deve observar o correto descarte das embalagens dos materiais, bem como o uso consciente, a fim de evitar a contaminação dos recursos hídricos decorrente dos componentes químicos presentes nos materiais.

#### **XIV – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

O presente Estudo Técnico Preliminar evidenciou que a contratação de empresa para fornecimento de café torrado e moído para a Procuradoria da República em Pernambuco, de forma parcelada, **é viável** do ponto de vista técnico e econômico, e contribuirá para o atingimento dos objetivos estratégicos do Ministério Público Federal, desde que sejam adotadas as premissas descritas neste documento.

Recife, 24 de março de 2025.

#### **MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO**

**FLÁVIO KOJI HIRAMINE**  
SETOR DEMANDANTE/PRPE

**IZAHILTON MENDES GUIA JÚNIOR**  
DICGC/PRPE

**MARCOS AMORIM DE MORAIS**  
DEOF/PRPE

**RUBINALDO CABRAL SARAIVA**  
CA/PRPE

**ALCIONE MARTINS DA SILVA**  
COORDENADORA DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO/PRPE

**GRAZIELLE FRUTUOSO VILELA**  
CODAM/PRPE

#### **XV – APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE**

APROVO O PRESENTE ETP E ESTABELEÇO O PRAZO DE 10 DIAS COMO LIMITE PARA CONFECCÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PELA ÁREA DEMANDANTE, COM APOIO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO (ART.27, IN Nº 05/2017/MPDG).

**PATRÍCIA GONÇALVES ALMEIDA TESCH**  
SECRETÁRIA ESTADUAL/PRPE



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-PE-00019436/2025 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR nº 10-2025**

.....  
Signatário(a): **ALCIONE MARTINS DA SILVA**

Data e Hora: **26/03/2025 18:29:40**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **RUBINALDO CABRAL SARAIVA**

Data e Hora: **26/03/2025 18:30:48**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **FLAVIO KOJI HIRAMINE**

Data e Hora: **26/03/2025 18:34:51**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **IZAHILTON MENDES GUIA JUNIOR**

Data e Hora: **26/03/2025 18:36:28**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **PATRICIA GONCALVES ALMEIDA TESCH**

Data e Hora: **26/03/2025 18:40:21**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **MARCOS AMORIM DE MORAIS**

Data e Hora: **26/03/2025 18:47:39**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **GRAZIELLE FRUTUOSO VILELA**

Data e Hora: **27/03/2025 12:48:49**

Assinado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave debf4205.30045c87.64f58d3e.1c73e116



Consumo Mensal de Material por Unidade Requisitante

Órgão: 001 -MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL Período: 2024/09 a 2025/02  
Material: 200013494 - CAFE TORRADO E MOÍDO, COM 500 GRS UM: PCT - PACOTE

U.R.	2024/09	2024/10	2024/11	2024/12	2025/01	2025/02							Total	CMP
0025 - NÚCLEO DE MANUNTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS	110	100	120	38	130	110							608,0000	101,3333
0462 - PROCURADORIA DA REPÚBLICA MUNICIPAL DE CARUARU	0	12	0	0	20	0							32,0000	5,3333
0463 - PROCURADORIA DA REPÚBLICA MUNICIPAL DE GARANHUNS	40	0	20	0	20	40							120,0000	20,0000
0464 - PROCURADORIA DA REPÚBLICA MUNICIPAL DE PETROLINA	0	0	0	0	0	30							30,0000	5,0000
0466 - PROCURADORIA DA REPÚBLICA MUNICIPAL DE SERRA TALHADA	20	0	0	0	0	30							50,0000	8,3333

\* CMP ( Consumo médio no período ) , Total ( Consumo no período em QTD )  
\* O relatório apresenta as quantidades consumidas pelas UR's.

## RELATÓRIO DA PESQUISA DE PREÇOS

Recife, 24 de março de 2025.

### 1 – DO OBJETO (inc. I, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023)

O presente relatório trata da pesquisa de preços empreendida para contratação de empresa para **fornecimento de café torrado e moído** para a Procuradoria da República em Pernambuco, de forma parcelada, conforme PGEA nº 1.26.000.000713/2025-78.

### 2 – RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA (inc. II, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023)

A pesquisa foi realizada pela Equipe de Planejamento da PRPE com base nos parâmetros definidos na Lei nº 14.133/2021 e na Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023, conforme discriminado no **ANEXO I** (MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS) e aspectos relacionados a seguir:

### 3 – CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES CONSULTADAS (inc. III, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023)

A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado foi realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

(X) Pesquisa em fontes de preços públicos, de contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

(X) Pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal, ou sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, contendo a data e a hora de acesso, com validade de até seis meses, para divulgação do edital, devendo ser atualizados, caso a publicação seja em prazo superior;

(X) Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante COTAÇÃO PRESENCIAL e POR TELEFONE, realizada por servidor público, conforme certidões anexas a este Relatório;

( ) Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, com validade de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, contada da data da emissão da nota fiscal.

Produto a ser pesquisado:

**CAFÉ TORRADO E MOÍDO, Categoria: Superior, Pacote: 500g, embalado à vácuo, Gosto predominante: Arábica**



A Equipe de Planejamento adotou os seguintes parâmetros para as marcas de cafés pesquisadas nos sites de busca:

- 1) Artigo da revista "CAFEICULTURA", publicado em 20/02/2024, o qual define um ranking com "o melhor café moído e torrado do supermercado", conforme degustação de um time de especialistas. O artigo consta no **ANEXO II** e pode ser visualizado por meio do sítio eletrônico <https://revistacafeicultura.com.br/qual-o-melhor-cafe-moido-e-torrado-do-supermercado-veja-o-ranking-completo/>. Justifica-se o uso desse artigo, uma vez que a qualidade de um café tem critério subjetivo e a análise de um especialista também leva em conta critérios mais técnicos.

Do ranking acima referido, não foram pesquisadas as marcas: FORT, CABOCLO, PELÉ, MOKA, BOM JESUS, CAFÉ BRASILEIRO E JARDIM, uma vez que essas marcas não constam como certificados de categoria superior. Foram pesquisadas as marcas elencadas na tabela abaixo:

ITEM	MARCAS PESQUISADAS EM SITES
1	AVIAÇÃO ESPECIAL
2	MELLITA ESPECIAL
3	SANTA CLARA PREMIUM
4	PILÃO CAFETERIA ESPRESSO
5	PACAEMBU SUPERIOR
6	CAFÉ DO PONTO TRADICIONAL

- 2) Todos os cafés pesquisados fazem parte da lista de produtos certificados pela ABIC na categoria superior, conforme **ANEXO III** e pode ser obtida por meio do site <https://www.abic.com.br/certificacoes/qualidade/>.
- 3) O café SÃO BRAZ na categoria superior não foi adicionado à pesquisa, pois, nessa categoria, só são vendidos em embalagem de 250g.

Foi adotada a quantidade de 140 pacotes para ser um dos critérios da pesquisa nos sites, uma vez que foi a quantidade mensal estimada no Estudo Técnico Preliminar. Entretanto, algumas lojas eletrônicas não aceitavam a quantidade estimada de 140 pacotes. Sendo assim, a Equipe de Planejamento utilizou a maior quantidade aceita pelo site para realizar a cotação.

### **3.1 Justificativa para a ausência de fontes de preços públicos, conforme o § 1º, Art. 5º da Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023:**

Não se aplica.

**3.2 Justificativa para a escolha dos fornecedores, conforme o Art. 5º, inciso IV, da Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023** (inc. VIII, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023):

Foram enviados inicialmente **18 (dezoito)** e-mails para diversas empresas: [CONTROLADORIA@3coracoes.com.br](mailto:CONTROLADORIA@3coracoes.com.br); [licitacao@3coracoes.com.br](mailto:licitacao@3coracoes.com.br); [comparanhos@hotmail.com](mailto:comparanhos@hotmail.com); [HHRIBEIROCOMERCIOESERVICOS@outlook.com](mailto:HHRIBEIROCOMERCIOESERVICOS@outlook.com); [menorprecompras2023@gmail.com](mailto:menorprecompras2023@gmail.com); [JBRILHANTE@jbrilhante.com.br](mailto:JBRILHANTE@jbrilhante.com.br); [procontabilafco@uol.com.br](mailto:procontabilafco@uol.com.br); [DEMOURAVAL@hotmai.com](mailto:DEMOURAVAL@hotmai.com); [legalizacao1@contauditoria.com.br](mailto:legalizacao1@contauditoria.com.br); [machadoarmarinhos@hotmail.com](mailto:machadoarmarinhos@hotmail.com); [negore.frios@yahoo.com.br](mailto:negore.frios@yahoo.com.br); [PLANET.DISTRIBUIDORA@outlook.com](mailto:PLANET.DISTRIBUIDORA@outlook.com); [srcomercioeservicos@outlook.com](mailto:srcomercioeservicos@outlook.com); [uperfelix.costa@gmail.com](mailto:uperfelix.costa@gmail.com) e [wilton.farias@hotmail.com](mailto:wilton.farias@hotmail.com). Porém apenas **03 (três)** empresas enviaram orçamento: **COMERCIAL PARANHOS LTDA** (CNPJ: 02.616.079/0001-05), **J BRILHANTE COMERCIAL LTDA** (CNPJ: 06.910.908/0001-19) e **TRES CORACOES ALIMENTOS S.A.** (CNPJ: 63.310.411/0036-23).

Todos os fornecedores foram informados das características da contratação definidas pelo setor demandante, com vistas a melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado. Para a escolha dos fornecedores, a área requisitante realizou levantamento no ramo de atividade do objeto a ser adquirido, com base nos seguintes critérios: atendimento aos requisitos da contratação, empresas consolidadas no mercado local, fornecedores que já foram contratados por outros entes públicos e pela PRPE em períodos anteriores e empresas que trabalham com nota de empenho. As propostas formais constam no anexo deste relatório, englobam todos os custos para fornecimento da solução requerida, como tributos e fretes, e contém os seguintes requisitos mínimos: descrição do objeto, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente, endereços físico e eletrônico, telefone de contato, data de emissão, nome completo e identificação do responsável.

**4 – SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS** (inc. IV, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023) **E A MEMÓRIA DE CÁLCULO** (inc. VII, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023)

Os preços para estimativa do valor da contratação em tela foram coletados em conformidade com os artigos 5º e 6º da Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023.

Tanto os preços coletados, assim como os documentos que dão suporte à pesquisa de preços, cotações, relatórios de pesquisa em banco de preços públicos e páginas de sites eletrônicos especializados, conforme cada caso, e a memória de cálculo (MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS), constam anexos a este relatório:

ANEXO I – MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

ANEXO II – ARTIGO DA REVISTA CAFEICULTURA

ANEXO III – LISTA DE PRODUTOS CERTIFICADOS ABIC

ANEXO IV – E-MAILS ENVIADOS E COTAÇÕES COMPILADAS (FORNECEDORES, BANCO DE PREÇOS E SITES

**5 – MÉTODO ESTATÍSTICO APLICADO PARA A DEFINIÇÃO DO VALOR ESTIMADO** (inc. V, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023)

Nos termos do art. 6º da Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023, foi utilizado, como método para obtenção do preço estimado, a média aritmética ou a mediana dos valores obtidos válidos na pesquisa de preços, considerando a seguinte fórmula:

Se  $CV > 25\%$  considerar preço de referência o valor da Mediana.

Se  $CV < 25\%$  considerar preço de referência o valor da Média.

CV = Coeficiente de Variação.

**Média Aritmética:** Soma de todos os valores e orçamentos, dividido pelo número de elementos. Utilizada para uma cesta de preços homogênea, ou seja, com coeficiente de variação inferior a 25%.

**Mediana:** Valor central de um conjunto de números colocados por ordem de grandeza. Trata-se do número que se encontra exatamente no centro. Utilizada quando a cesta de preços é pouco homogênea, ou seja, quando o coeficiente de variação é superior a 25%.

No cálculo final foram obtidos no mínimo 3 (três) preços para cada item, oriundos de um ou mais parâmetros de que trata o art. 5º da Portaria retro citada.

**6 - JUSTIFICATIVAS PARA A METODOLOGIA UTILIZADA, EM ESPECIAL PARA A DESCONSIDERAÇÃO DE VALORES INCONSISTENTES, INEXEQUÍVEIS OU EXCESSIVAMENTE ELEVADOS, SE APLICÁVEL** (inc. VI, art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023)

Os preços coletados foram submetidos à análise estatística, de forma objetiva, sendo desconsiderados possíveis valores inconsistentes, inexecutáveis ou excessivamente elevados, conforme consta no ANEXO I - MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS, anexo a este relatório.

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS																					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE ESTIMADA ANUAL	FONTE 1 EMPRESA: COMERCIAL PARANHOS LTDA CNPJ: 02.616.079/0001-05 (Inc. IV, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)	FONTE 2 EMPRESA: J BRILHANTE COMERCIAL LTDA CNPJ: 06.910.908/0001-19 (Inc. IV, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)	FONTE 3 EMPRESA: TRES CORACÕES ALIMENTOS S.A. CNPJ: 63.310.411/0036-23 (Inc. IV, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)	FONTE 4 Banco de preços (Inc. I, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)	FONTE 5 Banco de preços (Inc. I, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)	FONTE 6 Banco de preços (Inc. I, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023)	FONTE 7 Sitios eletrônicos especializados (Inc. III, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023) Loja: AVIAÇÃO Café: Aviação Especial	FONTE 8 Sitios eletrônicos especializados (Inc. III, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023) Loja: Magazine Luiza Café: Melitta Especial	FONTE 9 Sitios eletrônicos especializados (Inc. III, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023) Loja: Magazine Luiza Café: Santa Clara Premium	FONTE 10 Sitios eletrônicos especializados (Inc. III, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023) Loja: PILÃO Café: Pillo Cafeteria Espresso Vácuo	FONTE 11 Sitios eletrônicos especializados (Inc. III, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023) Loja: PACAEMBU Café: Pacaembu Superior	FONTE 12 Sitios eletrônicos especializados (Inc. III, art. 5º, Portaria PGR/MPU nº 100/2023) Loja: AMAZON Café: Café do Ponto tradicional	Menor preço	Média	Mediana	Coefficiente de Variação (CV)	Valor Unitário Máximo Admissível	Valor Total
1	<b>CAFÉ EM PÓ HOMOGÊNEO, TORRADO E MOÍDO;</b> PERTENCENTE À CATEGORIA SUPERIOR OU ACIMA, SEGUNDO AS NORMAS TÉCNICAS PARA FIXAÇÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DO CAFÉ TORRADO E MOÍDO.  GOSTO PREDOMINANTE DE CAFÉ ARÁBICA, ADMITINDO-SE ATÉ 15% DE ROBUSTA/CONILLON E ATÉ 10% DE GRÃOS PVA (PRETOS, VERDES E ARDIDOS), DESDE QUE LIVRE DE GOSTO ACENTUADO; BEBIDA MOLE A DURA, NÃO ADMITINDO-SE RIO E RIO ZONA; UMIDADE MÁXIMA DE 5% (G/100G); EMPACOTADO A VÁCUO.  EMBALAGEM TIPO LONGA VIDA, PACOTE DE 500 GRAMAS.  DEVENDO CONSTAR NA EMBALAGEM, DE FORMA LEGÍVEL, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.  PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 6 MESES A PARTIR DA ENTREGA.	PCT	1680	R\$ 65,99	R\$ 52,92	R\$ 40,00	R\$ 58,00	R\$ 50,01	R\$ 51,90	R\$ 59,75	R\$ 56,53	R\$ 41,90	R\$ 40,73	R\$ 49,30	R\$ 51,75	R\$ 40,00	R\$ 51,56	51,82	15,4%	R\$ 51,56	R\$ 86.620,80
FÓRMULAS																					
Média		Mediana																Coeficiente de variação		Desvio Padrão	
Soma de todos os valores e arredamentos, dividido pelo número de elementos. Utilizada para um cesta de preços homogênea, ou seja, com coeficiente de variação inferior à 25%		Valor central de um conjunto de números colocados por ordem de grandeza. Trata-se do número que se encontra exatamente no centro. Utilizada quando a cesta de preços é pouco homogênea, ou seja, quando o coeficiente de variação é superior à 25%																DP/M	$s = \sqrt{\frac{\sum (x_i - \bar{x})^2}{n - 1}}$		
Precificação baseada no disposto na Lei nº 14.133/2021 e na Portaria PGR/MPU nº 100/2023.																					

<https://www.abic.com.br/certificacoes/qualidade/>  
<http://revistacafecultura.com.br/qual-o-melhor-cafe-moido-e-torrado-do-supermercado-veja-o-ranking-completo/>

## **MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS**

### **I - DO OBJETO**

Contratação de empresa para fornecimento, de forma parcelada, de café torrado e moído, a fim de atender às unidades de 1ª instância do MPF em Pernambuco.

### **II - DO OBJETIVO**

O gerenciamento de riscos permite identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do Planejamento da Contratação, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação.

### **III - DOS PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DOS RISCOS**

#### **1. Escala de Probabilidade:**

<b>Descritor</b>	<b>Descrição</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Nível</b>
Muito Baixa	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência.	Até 5	1
Baixa	Evento casual e inesperado, sem histórico de ocorrência.	> 5 até 10	2
Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido.	> 10 até 15	3
Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido.	> 15 até 20	4
Muito Alta	Evento repetitivo e constante.	> 20	5

#### **2. Escala de Impacto:**

<b>Descritor</b>	<b>Descrição</b>	<b>Nível</b>
Muito Baixo	Impacto insignificante nos objetivos.	1
Baixo	Impacto mínimo nos objetivos.	2
Médio	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação.	3
Alto	Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação.	4
Muito Alto	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação.	5

### 3. Escala de Classificação de Risco

NÍVEL DE RISCO (= P X I)			
BAIXO	MÉDIO	ALTO	EXTREMO
1 – 2	3 – 6	8 – 12	15 – 25

NÍVEL DO RISCO	PRIORIZAÇÃO E TRATAMENTO DO RISCO
<b>EXTREMO</b>	Nível de risco muito além do apetite a risco. Qualquer risco nesse nível deve ser comunicado à alta administração e ter uma resposta imediata. Postergação de medidas só com autorização do dirigente máximo da Unidade.
<b>ALTO</b>	Nível de risco além do apetite a risco. Qualquer risco nesse nível deve ser comunicado à alta administração e ter uma ação tomada em período determinado. Postergação de medidas só com autorização do Secretário da Unidade.
<b>MÉDIO</b>	Nível de risco dentro do apetite a risco. Geralmente nenhuma medida especial é necessária, porém requer atividades de monitoramento específicas e atenção da gerência na manutenção preventiva e de contingência para manter o risco nesse nível, ou reduzi-lo sem custos adicionais.
<b>BAIXO</b>	Nível de risco dentro do apetite a risco, onde há possíveis oportunidades de maior retorno que podem ser exploradas assumindo-se mais riscos, avaliando a relação custos x benefícios, se autorizado pelo Secretário da Unidade.

### 4. Matriz de Riscos

		PROBABILIDADE				
		(1) Muito Baixa	(2) Baixa	(3) Média	(4) Alta	(5) Muito Alta
<b>IMPACTO</b>	5 - Muito Alto	5	10	15	20	25
	4 - Alto	4	8	12	16	20
	3 - Médio	3	6	9	12	15
	2 - Baixo	2	4	6	8	10
	1 - Muito Baixo	1	2	3	4	5

## IV - DA AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

<b>RISCO 01</b>	<b>Risco:</b>	<b>FALHA NA ANÁLISE DA NECESSIDADE E NO LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DE MERCADO DISPONÍVEIS</b>
	<b>Possíveis causas:</b>	Falta de identificação da real necessidade da Administração; Desconhecimento das soluções disponíveis no mercado.
	<b>Probabilidade:</b>	Baixa (2)
	<b>Impacto:</b>	Alto (4)



	<b>Dano 1:</b>	Não atendimento da necessidade que originou a contratação.	
	<b>Dano 2:</b>	Adoção de tipo de solução obsoleta.	
	<b>Dano 3:</b>	Restrição indevida e/ou ilegal da competição.	
	<b>Tratamento:</b>	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes)	
	<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
	1	Incluir na Equipe de Planejamento o Gestor e o Fiscal do atual contrato.	Autoridade Competente do Órgão
	2	Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares em outros órgãos e no mercado em geral.	Equipe de Planejamento da Contratação
	3	Descrição clara e objetiva da necessidade da contratação.	Setor Demandante
	4	Descrição clara e objetiva das demandas a serem desenvolvidas.	Setor Demandante
	5	Criar os possíveis cenários para diferentes soluções de contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação
	6	Capacitação dos servidores envolvidos a contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
	1	Cancelar certame e planejar nova contratação eliminando as possíveis falhas (ETP).	Autoridade Competente do Órgão / Equipe de Planejamento da Contratação

<b>RISCO 02</b>	<b>Risco:</b>	<b>FALHA NA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA (O OBJETO NÃO É CLARAMENTE DEFINIDO).</b>	
	<b>Possíveis causas:</b>	Falta de conhecimento do objeto; Falta do apoio técnico do órgão nas especificações do objeto; falta de capacitação para os servidores envolvidos.	
	<b>Probabilidade:</b>	Baixa (2)	
	<b>Impacto:</b>	Alto (4)	
	<b>Dano 1:</b>	O objeto contratado não atenderá a todas as demandas da unidade, acarretando a insatisfação dos usuários e prejuízos ao órgão.	
	<b>Tratamento:</b>	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes)	
	<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
	1	Participação da área demandante durante o processo de definição dos requisitos da contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Descrição clara e objetiva do objeto da contratação.	Setor Demandante
	3	Capacitação dos servidores envolvidos a contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
	1	Cancelar a contratação e reelaborar Termo de Referência (TR).	Autoridade Competente do Órgão / Setor Demandante

<b>RISCO 03</b>	<b>Risco:</b>	<b>FALHA NA PESQUISA DE MERCADO (PREÇO INEXEQUÍVEL OU SUPERESTIMADO).</b>	
	<b>Probabilidade:</b>	Baixa (2)	
	<b>Impacto:</b>	Médio (3)	
	<b>Possíveis Causas:</b>	Utilização de parâmetro inadequado no levantamento da pesquisa de mercado.	
	<b>Dano 1:</b>	Prejuízos ao erário, levando a contratações superfaturadas	
	<b>Dano 2:</b>	Frustração da licitação, gerando gastos processuais elevados e atraso no início da execução do objeto.	
	<b>Tratamento:</b>	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes)	
	<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
	1	Realizar ampla pesquisa de preço obedecendo a norma específica para tal fim.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Verificar quais os instrumentos necessários para realizar a pesquisa de preço.	Equipe de Planejamento da Contratação
	3	Considerar custos com frete e instalação quando for o caso.	Equipe de Planejamento da Contratação
	4	Capacitação dos servidores envolvidos a contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
	1	No caso de preço elevado, deve o Agente da Contratação negociar a redução dos valores propostos, tendo como parâmetro os valores do contrato atual.	SLDE

	2	Cancelamento da contratação para reelaboração da pesquisa de preço.	Autoridade Competente do Órgão / Setor Demandante
--	---	---	---

<b>RISCO 04</b>	<b>Risco:</b>	<b>ATRASO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO.</b>	
	<b>Probabilidade:</b>	Baixa (2)	
	<b>Impacto:</b>	Média (3)	
	<b>Possíveis Causas:</b>	Falha nos processos de planejamento da contratação; falha na comunicação entre os setores da unidade; falta de capacitação para os servidores envolvidos.	
	<b>Dano 1:</b>	Atraso no início da execução do contrato.	
	<b>Dano 2:</b>	Descontinuidade dos serviços.	
	<b>Tratamento:</b>	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
	1	Elaborar e seguir rigorosamente o Calendário Anual de Contratações.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Celeridade e eficiência na elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares e do Termo de Referência, que permitam uma contratação com critérios objetivos.	Equipe de planejamento da contratação / Setor Demandante
	3	Capacitação dos servidores envolvidos a contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	4	Manter uma comunicação ativa entre os componentes da equipe de planejamento e realizar reuniões periódicas para resolver as demandas envolvidas.	CODAM
	<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
	1	Alocação integral da Equipe de Planejamento da Contratação na condução do processo de aquisição.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Celeridade na contratação e no processo de homologação.	SLDE/ASSJUR
	3	Verificar a possibilidade de prorrogação excepcional do atual contrato.	Gestor do Contrato

<b>RISCO 05</b>	<b>Risco:</b>	<b>BAIXO NÚMERO DE EMPRESAS PARTICIPANDO DO CERTAME.</b>	
	<b>Probabilidade:</b>	Média (3)	
	<b>Impacto:</b>	Médio (3)	
	<b>Possíveis Causas:</b>	Número reduzido de empresas habilitadas na região; Não é dada ampla publicidade ao edital; Excessivo número de critérios de habilitação, incompatíveis com o mercado.	
	<b>Dano 1:</b>	Licitação deserta e/ou fracassada e atraso no início da prestação dos serviços.	
	<b>Tratamento:</b>	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
	1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com as exigências do mercado, realizando pesquisa de mercado na fase do ETP.	Equipe de planejamento da contratação / Setor Demandante
	2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Setor Demandante / Área Técnica
	3	Iniciar o processo de contratação com antecedência, considerando o prazo para repetição da licitação, caso esta venha a ser fracassada.	CODAM
	4	Dar ampla publicidade ao edital.	SLDE
	<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
	1	Em caso de certame deserto ou fracassado, repetir a licitação alterando os critérios de habilitação ou qualquer outro que tenha dado causa a frustração do certame. Pode também fazer a contratação diretamente com a empresa que ofertou o menor preço no momento da pesquisa de mercado ou ainda fixar prazo para que os fornecedores participantes do certame possam adequar a sua proposta ou a sua habilitação.	Equipe de planejamento da contratação / Setor Demandante
	2	Verificar a possibilidade de prorrogação excepcional do atual contrato.	Gestor do Contrato

<b>RISCO 06</b>	<b>Risco:</b>	<b>FALHA NA SELEÇÃO DE FORNECEDORES NO QUE DIZ RESPEITO A ANÁLISE DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.</b>	
	<b>Probabilidade:</b>	Baixa (2)	

	<b>Impacto:</b>	Alto (4)	
	<b>Possíveis Causas:</b>	Falhas na descrição do objeto / serviços; Insuficiência dos critérios de habilitação	
	<b>Dano 1:</b>	Insucesso nos resultados pretendidos, podendo gerar prejuízos ao órgão.	
	<b>Dano 2:</b>	Atraso na contratação.	
	<b>Tratamento:</b>	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
	1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com a solução mais adequada, de acordo com a pesquisa de mercado, inclusive com exigência de atestado de capacidade técnica.	Equipe de planejamento da contratação / Setor Demandante / Área Técnica
	2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Setor Demandante / Área Técnica
	3	Inclusão da área técnica / Demandante na equipe de planejamento da contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	4	Análise minuciosa da documentação de habilitação referente à qualificação técnico-operacional do licitante.	SLDE Setor Demandante/Área Técnica
	5	Capacitação dos servidores envolvidos a contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
	1	Planejar nova contratação eliminando as possíveis falhas, para substituir o serviço contratado.	CODAM

<b>RISCO 07</b>	<b>Risco:</b>	<b>INCAPACIDADE TOTAL OU PARCIAL DA EMPRESA EM ENTREGAR O OBJETO (CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NÃO ESPECIALIZADA).</b>	
	<b>Probabilidade:</b>	Baixa (2)	
	<b>Impacto:</b>	Muito Alto (5)	
	<b>Possíveis Causas:</b>	Insuficiência dos critérios de habilitação	
	<b>Dano 1:</b>	Insucesso nos resultados pretendidos, podendo gerar prejuízos ao órgão.	
	<b>Tratamento:</b>	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
	1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com a solução mais adequada, de acordo com a pesquisa de mercado, inclusive com exigência de atestado de capacidade técnica.	Setor Demandante / Área Técnica
	2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Setor Demandante / Área Técnica
	3	Inclusão da área técnica / Demandante na equipe de planejamento da contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	4	Análise minuciosa da documentação de habilitação referente à qualificação técnico-operacional do licitante.	SLDE Setor Demandante/Área Técnica
	<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
	1	Planejar nova contratação eliminando as possíveis falhas, para substituir o serviço contratado.	CODAM

<b>RISCO 08</b>	<b>Risco:</b>	<b>NÃO RENOVAÇÃO DO CONTRATO PELA EMPRESA CONTRATADA</b>	
	<b>Probabilidade:</b>	Média (3)	
	<b>Impacto:</b>	Muito Alto (5)	
	<b>Possíveis Causas:</b>	Impossibilidade da empresa manter o fornecimento, em virtude da alta dos preços do mercado	
	<b>Dano 1:</b>	Descontinuidade dos serviços.	
	<b>Tratamento:</b>	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
	1	Definir o preço de referência baseado numa ampla pesquisa de mercado e de acordo com as especificações exigidas	Setor Demandante / Área Técnica
	2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Setor Demandante / Área Técnica
	3	Inclusão da área técnica / Demandante na equipe de planejamento da contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	4	Análise minuciosa da documentação de habilitação referente à qualificação técnico-operacional do licitante.	SLDE Setor Demandante/Área Técnica
	5	Elaborar contratação com previsão de vigência inicial de 5 anos	DICGC
	<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>

	1	Planejar nova contratação eliminando as possíveis falhas, para substituir o serviço contratado.	CODAM
	2	Elaborar uma pesquisa de mercado criteriosa, levando em consideração as especificações técnicas do produto a ser adquirido, de modo a obter um preço de referência fiel à realidade do mercado	Equipe de planejamento
	3	Solicitar último pedido de fornecimento à empresa contratada, com o intuito de reforçar o estoque até a futura contratação	Setor demandante

## V – DA CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

Id	Risco	Relacionado ao(à):	P	I	Nível de Risco (P x I)
R01	Falha na análise da necessidade e no levantamento das soluções de mercado disponíveis	Planejamento da Contratação	2	4	8
R02	Falha na elaboração do termo de referência (o objeto não é claramente definido).	Planejamento da Contratação	2	4	8
R03	Falha na pesquisa de mercado (preço inexequível ou superestimado).	Planejamento da Contratação	2	3	6
R04	Atraso no processo administrativo de contratação.	Planejamento da Contratação	2	3	6
R05	Baixo número de empresas participando do certame.	Seleção do Fornecedor	3	3	9
R06	Falha na seleção de fornecedores no que diz respeito a análise da proposta, dos documentos de habilitação e dos recursos.	Seleção do Fornecedor	2	4	8
R07	Incapacidade total ou parcial da empresa em entregar o objeto (contratação de empresa não especializada).	Gestão Contratual	2	5	10
R08	Não Renovação do Contrato pela empresa contratada	Gestão Contratual	3	5	15

## VI – DA MATRIZ DOS RISCOS IDENTIFICADOS

		PROBABILIDADE				
		(1) Muito Baixa	(2) Baixa	(3) Média	(4) Alta	(5) Muito Alta
IMPACTO	5 - Muito Alto	5	10 R07	15 R08	20	25
	4 - Alto	4	8 R01 / R02 / R06	12	16	20
	3 - Médio	3	6 R03/R04	9 R05	12	15
	2 - Baixo	2	4	6	8	10
	1 - Muito Baixo	1	2	3	4	5

## VII – DA CONCLUSÃO E DAS AÇÕES PREVENTIVAS

De acordo com a Matriz de Riscos, verificamos que os riscos 01, 02, 05, 06, 07 e 08 classificam-se como de ALTO RISCO, estando acima do apetite de risco da PRPE, pois, apesar da baixa probabilidade de ocorrência, os impactos para os objetivos da contratação são de difícil recuperação, caso venham a ocorrer

no caso concreto. Conhecidos estes riscos, todos os setores envolvidos com a contratação devem se comprometer com as ações preventivas determinadas neste documento e monitorar as hipóteses de ocorrência, estando atentos para a necessidade de se implementar as ações de contingência.

Ademais, ressaltamos que, para a presente contratação, houve a ocorrência do **risco 08: NÃO RENOVAÇÃO DO CONTRATO PELA EMPRESA CONTRATADA**. Importa informar que o contrato que antecedeu este processo licitatório, MPF/PRPE n.º 02/2024 (etiqueta único PR-PE-00030294/2024), foi firmado em 06.05.2024, com vigência inicial de 01 (um ano) e possibilidade de prorrogações até a vigência máxima decenal prevista na Lei 14.133/2021. Contudo, ainda em janeiro de 2025, a DICGC/PRPE encaminhou e-mail à Contratada, a fim de obter manifestação sobre a possibilidade de prorrogação do instrumento por mais 04 (quatro) anos. A empresa, por sua vez, manifestou-se desfavorável, tendo em vista a alta recente no preço do café, apesar de ter sido concedido o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme relatado nos autos do PGEA 1.26.000.001067/2024-85.

Tendo em vista que o perigo de solução de continuidade decorreu da recusa da Contratada em renovar o instrumento negocial, entende-se que a abordagem de realizar um novo contrato com vigência inicial de 05 (cinco) anos poderá reduzir tais riscos, uma vez que a empresa já saberá de antemão que o contrato vigorará por esse período e que, se houver aumentos que superem o índice de reajuste previsto no contrato (IPCA), poderá ser pleiteada a revisão de preços, a fim de garantir reequilíbrio econômico-financeiro.

Devido à ocorrência do risco 08, foram adotadas as medidas de contingência abaixo relacionadas, com vistas a mitigar os danos causados e diminuir a ocorrência de novos riscos.

Cumprir informar que as ações preventivas relativas à fase de Planejamento das Contratações já foram tomadas, conforme pode ser acompanhado através do Estudo Técnico Preliminar. As ações preventivas pertinentes aos riscos envolvidos na fase de seleção do fornecedor e gestão contratual serão implementadas no tempo oportuno. É importante ressaltar ainda que o controle administrativo deve ocorrer durante todas as fases da contratação, de modo que o Mapa de Riscos possa ser alterado à medida que as etapas avançam.

Segue abaixo a referência temporal para a implementação de cada ação preventiva determinada para os riscos classificados como ALTO ou EXTREMO:

**RISCO 01:** Falha na análise da necessidade e no levantamento das soluções de mercado disponíveis.

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Incluir na Equipe de Planejamento o Gestor e o Fiscal do atual contrato.	Fase de planejamento - ok
2	Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares em outros órgãos e no mercado em geral.	Fase de planejamento - ok
3	Descrição clara e objetiva da necessidade da contratação.	Fase de planejamento - ok
4	Descrição clara e objetiva das demandas a serem desenvolvidas.	Fase de planejamento - ok
5	Criar os possíveis cenários para diferentes soluções de contratação.	Fase de planejamento - ok
6	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Os servidores envolvidos possuem cursos atualizados na área <sup>1</sup> .

**RISCO 02:** Falha na elaboração do termo de referência (o objeto não é claramente definido).

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Participação da área demandante durante o processo de definição dos requisitos da contratação.	Fase de planejamento - ok
2	Descrição clara e objetiva do objeto da contratação.	Fase de planejamento - ok
3	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Os servidores envolvidos possuem cursos atualizados na área <sup>1</sup> .

**RISCO 05:** Baixo número de empresas participando da dispensa de licitação.

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com as exigências do mercado, realizando pesquisa de mercado na fase do ETP.	Fase de planejamento - ok

2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Fase de planejamento - ok
3	Iniciar o processo de contratação com antecedência, considerando o prazo para repetição da dispensa, caso esta venha a ser fracassada.	Fase de planejamento - ok
4	Dar ampla publicidade ao aviso de dispensa de licitação.	Fase externa da Disputa.

**RISCO 06:** Falha na seleção de fornecedores no que diz respeito à análise da proposta, dos documentos de habilitação e dos recursos.

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com a solução mais adequada, de acordo com a pesquisa de mercado, inclusive com exigência de atestado de capacidade técnica.	Fase de planejamento - ok
2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Fase de planejamento - ok
3	Inclusão da área técnica / Demandante na equipe de planejamento da contratação.	Fase de planejamento - ok
4	Análise minuciosa da documentação de habilitação, fazendo uso de lista de verificação, principalmente quanto à qualificação técnico-operacional do licitante, inclusive por meio de diligência, caso se mostre necessário, para verificar a autenticidade dos documentos enviados e a comprovação de que atendem aos requisitos do edital.	Fase de seleção do fornecedor – Fase externa da Disputa.
5	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Os servidores envolvidos possuem cursos atualizados na área <sup>1</sup> .

**RISCO 07:** Incapacidade total ou parcial da empresa em entregar o objeto (contratação de empresa não especializada).

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com a solução mais adequada, de acordo com a pesquisa de mercado, inclusive com exigência de atestado de capacidade técnica.	Fase de planejamento - ok
2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Fase de planejamento - ok
3	Inclusão da área técnica / Demandante na equipe de planejamento da contratação.	Fase de planejamento - ok
4	Análise minuciosa da documentação de habilitação, fazendo uso de lista de verificação, principalmente quanto à qualificação técnico-operacional do licitante, inclusive por meio de diligência, caso se mostre necessário, para verificar a autenticidade dos documentos enviados e a comprovação de que atendem aos requisitos do edital.	Seleção do fornecedor – Fase externa da Disputa.

#### **RISCO 08:** Não Renovação do Contrato pela Empresa Contratada

	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	PERÍODO DETERMINADO
1	Planejar nova contratação eliminando as possíveis falhas, para substituir o serviço contratado.	Autoridade Competente do Órgão/ Equipe de planejamento
2	Elaborar uma pesquisa de mercado criteriosa, levando em consideração as especificações técnicas do produto a ser adquirido, de modo a obter um preço de referência fiel à realidade do mercado	Equipe de planejamento
3	Solicitar último pedido de fornecimento à empresa contratada, com o intuito de reforçar o estoque até futura contratação	Setor demandante

<sup>1</sup>Os gestores de cada setor devem buscar atualização constante para a sua equipe, na área de sua atuação, para conhecimento das alterações na legislação, jurisprudência e da melhor doutrina.